

PRODUTO EDUCACIONAL

ECA



CADERNO DE ATIVIDADES: O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ENSINO MÉDIO



Clea Marcia Bernardes de Oliveira
Roberta Negrão de Araújo

UENP | CAMPUS
Universidade Estadual do Norte do Paraná | CORNÉLIO PROCÓPIO

PPGEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENSINO

2026

Título do Produto Educacional (PE)

Caderno de Atividades: O Estatuto da Criança e do Adolescente no Ensino Médio

Título em Inglês

Activity Book: The Child and Adolescent Statute for High School

Autoras

CLEA MARCIA BERNARDES DE OLIVEIRA

ROBERTA NEGRÃO DE ARAÚJO

E-mail: clea.oliveira@escola.pr.gov.br

robertanegrao@uenp.edu.br

Categoria de PE

PTT 1: Material didático/instrucional

Tipo de PE

Caderno de Atividades

Nível e Etapa educacional a que se destina o PE

Educação Básica- Ensino Médio

Público-alvo

Professores de diversos componentes curriculares

Objetivo/Finalidade

Didatizar o ECA, tornando-o acessível aos estudantes do Ensino Médio.

Contexto(s) de aplicação

Universidade Estadual de um município da região norte do Estado do Paraná, Brasil, no ano de 2025.

Avaliação do PE

Validação Objetiva, Subjetiva e Intersubjetiva.

Instituição/Programa

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

Campus Cornélio Procópio – PR

Programa de Pós Graduação em Ensino (PPGEN)

<https://uenp.edu.br/mestrado-ensino>

Curso

Mestrado Profissional em Ensino

Área de Concentração: Ensino, Ciência e Tecnologia

Linha de Pesquisa 1: Ensino e Formação de Professores

Área de Conhecimento (CAPES)

Ensino

Registro

Biblioteca da UENP – Campus Cornélio Procópio

Repositório e Divulgação

Colar o link do produto no portal eduCAPES

<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/921604>

Idioma

Português

Município e Estado

Cornélio Procópio- Paraná

Projeto gráfico e diagramação

Luiz Roberto Lucio Correa

E-mail: luiz.correa.londrina@gmail.com

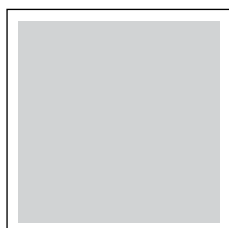
Ano de Publicação do PE

2026

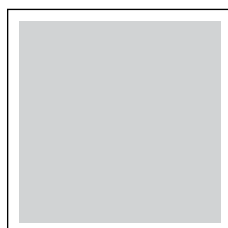
Financiamento

Não houve financiamento

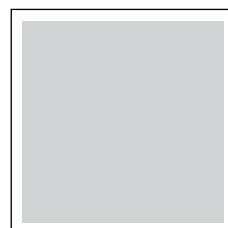
QR code PE



QR code da dissertação vinculada ao PE



licence creative Commons



Ficha catalográfica elaborada por Juliana Jacob de Andrade - Bibliotecária, CRB/9 - 1669, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UENP

O48c Oliveira, Clea Marcia Bernardes de
Caderno de atividades: o estatuto da criança e do adolescente no ensino médio. / Clea Marcia Bernardes de Oliveira; orientadora Roberta Negrão de Araújo - Bandeirantes, 2026.
147 p. :il.

Produção Técnica Educacional (Mestrado Profissional em Ensino) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino, 2026.

1. Ensino do Estatuto da Criança e do Adolescente. 2. Ensino Médio. 3. Protagonismo Juvenil. 4. Formação de Professores. I. Araújo, Roberta Negrão de, orient. II. Título.

CDD: 370.111

APRESENTAÇÃO

O presente Produto Educacional (PE) consiste em um **“Caderno de Atividades: Estatuto da Criança e do Adolescente no Ensino Médio”**, foi elaborado a partir de uma pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino (PPGEN), oferecido pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – *Campus* Cornélio Procópio.

Foi resultado de um percurso investigativo, pautado na seguinte questão investigativa: **Quais estratégias de ensino, potencializam o protagonismo juvenil e o exercício da cidadania em estudantes do Ensino Médio?**

Nesta pesquisa, o objetivo propositivo, firmou-se em **desenvolver um Caderno de Atividades a ser implementado junto a professores do Ensino Médio, com vistas a subsidiar a abordagem do ECA em sala de aula.**

Como objetivo geral pretende-se: **Analisar o protagonismo juvenil e o exercício da cidadania à luz dos princípios do ECA e dos temas contemporâneos, a partir de um Caderno de Atividades.**

Este material visa expandir a oportunidade de atuação pedagógica do professor(a) do Ensino Médio, abordando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o intuito de fomentar o protagonismo estudantil. Assim, não limita a atuação do professor, nem reduz seu papel a uma simples execução de atividades.

O caderno está estruturado em dois capítulos. O primeiro aborda a Fundamentação Teórica. O segundo apresenta atividades que contemplam o tema para serem desenvolvidas junto a estudantes do Ensino Médio. É importante destacar que estas visam atender às demandas de uma educação que seja integrada e contextualizada. Estudos pedagógicos demonstram que a interdisciplinaridade favorece a aprendizagem significativa, permitindo que os envolvidos estabeleçam conexões entre diferentes áreas do conhecimento, enriquecendo o processo educativo.

As atividades foram organizadas com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também nos documentos curriculares vigentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e o Referencial Curricular do Paraná (RCP): princípios, direitos e orientações. Para cada atividade são indicados o objetivo de aprendizagem, os objetivos específicos, os recursos necessários para sua execução, as etapas a serem seguidas e as referências pertinentes. Além disso, são oferecidas sugestões de questionamentos, de vídeos educativos e curiosidades, permitindo que as atividades sejam adaptadas pelo professor, de acordo com o contexto e as necessidades de cada turma, levando em consideração o perfil dos estudantes.

O PE integra a Dissertação **“O PROTAGONISMO ESTUDANTIL E A CIDADANIA NO ENSINO MÉDIO: UMA ABORDAGEM DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE”**, que pode ser acessada em <http://www.uenp.edu.br/mestrado-ensino>. Para mais informações, a autora: Clea Marcia Bernardes de Oliveira, pode ser contatada pelo e-mail: clea.oliveira@escola.pr.gov.br.

Tenham uma boa leitura!

As autoras

SUMÁRIO

Fundamentação Teórica.....	06
As Atividades	09
Orientações para os Professores.....	10
Atividade 1	
Estatuto da Criança e do Adolescente	11
Atividade 2	
Conhecendo o ECA e seus artigos iniciais.....	19
Atividade 3	
Pela trilha do ECA: conhecendo os direitos de liberdade, respeito e dignidade da criança e adolescente.....	23
Atividade 4	
Disseminando o ECA na comunidade: um ato de amor e cidadania pelas crianças e adolescentes	28
Atividade 5	
Conhecendo os deveres do Estado, dos pais e dirigentes de ensino em relação à Educação das crianças e adolescentes por meio de jogos.....	35
Atividade 6	
Jogando dados: percursos divertidos para o conhecimento do ECA.....	41
Atividade 7	
Gincana: desvendando o ECA.....	45
Atividade 8	
O Estatuto da Criança e do Adolescente e Story: uma soma perfeita rumo à aprendizagem.....	58
Atividade 9	
O Estatuto da Criança e do Adolescente: detetive da cidadania	61
Atividade 10	
O Estatuto da Criança e do Adolescente: a cidadania e o protagonismo juvenil em destaque	66
Atividade 11	
O Estatuto da Criança e do Adolescente: cidadania em cores.....	70
Atividade 12	
O Estatuto da Criança e do Adolescente: a cidadania e o protagonismo juvenil em destaque	73
Referências	78
MATERIAL COMPLEMENTAR	80

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De forma etimológica, a palavra “cidadão” encontra suas origens em *civitas*, uma expressão latina que denota “aquele que reside na cidade e desfruta dos direitos políticos” (Dallari, 1998). Na Roma Antiga, ser reconhecido como cidadão implicava possuir privilégios políticos, os quais eram restritos a uma ínfima minoria. Aqueles desprovidos desses direitos encontravam-se à margem da sociedade, excluídos do processo decisório, contribuindo, assim, para a manutenção de uma estrutura social elitista, marcada pela exploração.

De acordo com Dallari (1998), cidadania denota um conjunto de prerrogativas que habilitam a participação social, tanto em esferas pessoais quanto públicas. A ausência de cidadania implica estar à margem das decisões, o que representa uma condição de dependência e subordinação. Contudo, é crucial reconhecer que a cidadania é um conceito dinâmico, moldado ao longo da história e sujeito a variações conforme o tempo e o espaço. Atualmente, a discussão em torno da cidadania é amplamente difundida, seja nos âmbitos educacionais, profissionais ou políticos. No entanto, é surpreendente constatar que esse termo adquiriu múltiplos significados, por vezes contraditórios. Indivíduos, mesmo com perspectivas distintas, recorrem ao mesmo termo para justificar suas posições.

Para Manzini-Covre (1996) é um equívoco comum restringir o conceito de cidadania apenas ao âmbito político-partidário. É fundamental não confundir o cidadão com o eleitor, uma vez que o simples ato de votar não garante a plena cidadania, a menos que esteja contextualizado em condições sociais, políticas e culturais específicas. Ser cidadão implica ter assegurado a igualdade de direitos e responsabilidades, sem estar sujeito a qualquer forma de preconceito ou discriminação. Isso inclui igualdade de oportunidades no controle de suas próprias ações e destinos, bem como o acesso garantido à saúde, educação, alimentação, moradia e lazer, conforme estipulado no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988. Além disso, a cidadania envolve a liberdade de expressão e a capacidade de lutar pelos valores e ideais que sejam importantes para o indivíduo.

O conceito de cidadania evolui ao longo do tempo, assumindo diferentes formas e significados, moldados pelo contexto histórico, especialmente por eventos como a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos Humanos. No Brasil, o processo de construção da cidadania é influenciado pela Redemocratização, pela promulgação da Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se tornam pilares fundamentais da cidadania brasileira.

Esses marcos são considerados alicerces porque, ao analisarmos as características da formação da sociedade brasileira, percebemos a presença de sinais de submissão, com o poder concentrado nas mãos de poucos e a maioria resignada a essa situação como se fosse algo natural. Esse cenário se assemelha, guardadas as devidas proporções e sem cair no anacronismo histórico, à cidadania excludente da Roma Antiga, onde os direitos eram determinados pelo nascimento.

O ECA representa um marco importante na legislação brasileira, pois reforça a proteção integral das crianças e dos adolescentes, assegurando-lhes direitos fundamentais que são essenciais para o seu pleno desenvolvimento. Ao estabelecer diretrizes que visam garantir educação, saúde, convivência familiar e comunitária, o ECA reconhece a importância de um ambiente propício para que as crianças e os adolescentes cresçam e se desenvolvam de maneira saudável (Cury *et al.*, 2002).

Nesse sentido, a ênfase dada à educação no texto do ECA é particularmente relevante. Ao regulamentar o direito à educação com base no princípio do pleno desenvolvimento do educando e na preparação para o exercício da cidadania e do trabalho, o estatuto destaca a importância de uma educação de qualidade que vá além do ensino formal. Isso implica não apenas transmitir conhecimentos acadêmicos, mas também promover o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, preparando-os para serem cidadãos ativos e produtivos na sociedade (Cury *et al.*, 2002).

No entanto, é importante refletir sobre como esses princípios estão sendo efetivamente aplicados na prática. Apesar das garantias legais estabelecidas pelo ECA, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Questões como acesso igualitário à educação de qualidade, proteção contra a violência e exploração, e promoção da inclusão social continuam sendo desafios urgentes a serem abordados. Portanto, é fundamental que a sociedade como um todo, juntamente com as autoridades responsáveis, trabalhe de forma colaborativa para garantir a efetiva implementação e cumprimento do ECA. Somente assim poderemos verdadeiramente assegurar um ambiente onde todas as crianças e adolescentes possam crescer e prosperar, alcançando seu pleno potencial como indivíduos e contribuintes para o futuro do país (Brasil, 1990).

O ECA é um instrumento fundamental para a proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Ao garantir direitos que já haviam sido reconhecidos na Constituição de 1988 e ao aprimorar a legislação, o ECA reconhece a condição peculiar de ser humano em pleno desenvolvimento que caracteriza essa faixa etária (Brasil, 1990). Uma das contribuições mais significativas é conferir às crianças e aos adolescentes não apenas o status de sujeitos de direitos, mas também o reconhecimento de sua cidadania. Isso significa que eles não são apenas passivos beneficiários de proteção, mas sim detentores de direitos que devem ser respeitados e promovidos (Brasil, 1990).

É na escola, muitas vezes, que são observados sinais de possíveis violações de direitos das crianças e dos adolescentes, como a falta frequente às aulas ou indícios de violência ou negligência. Por isso, as instituições de ensino têm a responsabilidade de comunicar ao Conselho Tutelar qualquer situação que possa exigir intervenção para proteger o bem-estar e os direitos das crianças e dos adolescentes. Essa interação entre as escolas e o Conselho Tutelar é fundamental para garantir uma rede de proteção eficaz e para assegurar que as crianças e os adolescentes recebam o apoio necessário em situações de vulnerabilidade. Ao trabalhar em conjunto com outros órgãos e

entidades, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - (CMDCA), o Conselho Tutelar contribui para a promoção de um ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes. O Conselho Tutelar então, desempenha um papel essencial na implementação e no cumprimento das políticas de proteção previstas no ECA, agindo como um agente de defesa dos direitos infanto-juvenis e como um elo crucial entre a comunidade, as instituições e o poder público na promoção do bem-estar das crianças e dos adolescentes.

A integração do ECA no currículo escolar do Ensino Médio com foco na formação cidadã dos estudantes é uma iniciativa de extrema importância e relevância para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Como marco legal, assegura os direitos das crianças e dos adolescentes e oferece uma base sólida para promover valores de respeito, solidariedade e responsabilidade social entre os jovens (Brasil, 1990). Ao incorporar os princípios e diretrizes do ECA nas atividades curriculares do Ensino Médio, as escolas têm a oportunidade de não apenas transmitir conhecimentos acadêmicos, mas também de promover uma educação que estimula o exercício da cidadania e o respeito aos direitos humanos desde cedo. Isso implica não apenas ensinar sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, mas também discutir questões relacionadas à igualdade, diversidade, inclusão e justiça social.

Ao integrar o ECA no currículo escolar do Ensino Médio, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver uma consciência crítica em relação aos direitos humanos e à importância da participação ativa na sociedade. Eles aprendem a reconhecer e a combater as formas de discriminação, violência e exclusão que ainda persistem em nossa sociedade, tornando-se agentes de transformação e defensores dos direitos de todos os cidadãos, especialmente das crianças e dos adolescentes. A integração do ECA no currículo escolar do Ensino Médio não apenas contribui para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, mas também para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e igualitário para todos. É uma oportunidade valiosa para fortalecer os valores democráticos e humanitários que são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva (Leccardi, 2005).

Cabe ao professor, portanto, o papel de associar o processo de “aprender” a algo contínuo e significativo para o indivíduo em sua interação com os outros e com o ambiente social. A verdadeira aprendizagem está intrinsecamente ligada à capacidade de resolver problemas tanto de forma individual quanto coletiva. No entanto, uma das maiores dificuldades reside na transição do interesse individual para uma perspectiva coletiva, um desafio que é ampliado pelo sistema capitalista, que muitas vezes valoriza a individualidade em detrimento do bem comum (Santos, 1994). Assim, quando se aborda o conceito de cidadania na educação, é essencial promover uma compreensão mais ampla e profunda, que vá além do mero conhecimento teórico. Devem-se incentivar os alunos a refletir sobre seu papel na sociedade, a reconhecer suas responsabilidades e a desenvolver habilidades de colaboração e resolução de problemas em um contexto coletivo. Somente assim pode-se contribuir para a formação de cidadãos conscientes, ativos e engajados na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

AS ATIVIDADES

As doze atividades que compõem este Caderno têm a finalidade de aprofundar a compreensão e favorecer a apropriação dos conteúdos trabalhados no contexto da sala de aula, articulando teoria e prática de modo coerente e intencional. A aplicação pressupõe o acompanhamento do professor, de modo a promover experiências formativas que ultrapassem a mera transmissão de conhecimentos, configurando um processo de aprendizagem dinâmico, significativo, participativo e dotado de significado para os estudantes.

Cada proposta foi organizada de maneira sistemática, visando estimular o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e do protagonismo dos estudantes. Para tanto, recorre-se a diferentes estratégias metodológicas, tais como atividades práticas, debates coletivos, análises de situações extraídas do cotidiano e exercícios individuais. Essa diversidade metodológica possibilita que os alunos problematizem os temas abordados, estabeleçam relações com a realidade social em que estão inseridos e construam saberes de forma contextualizada e reflexiva.

O eixo central consiste na ampliação do conhecimento dos estudantes acerca de seus direitos e deveres, com ênfase no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ao abordar esse referencial legal, busca-se promover a sensibilização para a cidadania, contribuindo para que o estudante reconheça seu papel social e compreenda a importância de atitudes pautadas na responsabilidade, no respeito mútuo e na empatia. Nesse sentido, convidam o estudante a assumir uma postura ativa diante do processo de aprendizagem, reconhecendo-se como sujeito histórico e protagonista na construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

A atuação do professor revela-se elemento essencial para a efetividade dessas atividades. Compete a ele mediar os processos de aprendizagem, incentivar a participação dos estudantes, estimular o diálogo e a troca de experiências, bem como assegurar um ambiente acolhedor e ético para a expressão de opiniões, vivências e questionamentos. Ademais, o docente é chamado a exercer sua autonomia pedagógica, adaptando as propostas às especificidades da turma e às necessidades dos alunos, de modo a garantir condições equitativas de aprendizagem e favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes, tanto no âmbito acadêmico quanto no exercício consciente da cidadania.

ORIENTAÇÕES PARA OS PROFESSORES

Caro(a) professor(a), seguem algumas orientações para apoiá-lo(a) quanto à utilização do Caderno de Atividades



- Leia as instruções de cada atividade antes de aplicá-la em sala de aula.
- Adapte as atividades às necessidades específicas dos seus estudantes.
- Promova a participação ativa de todos os estudantes, incentivando-os a trabalhar em equipe de forma inclusiva e a compartilhar suas ideias.
- Seja flexível e esteja preparado para fazer ajustes nas atividades conforme necessário.
- Crie um ambiente de aprendizado acolhedor e seguro para todos os estudantes.
- Seja paciente e compreensivo com os estudantes que precisarem de mais tempo ou apoio para a realização das atividades.
- Comunique-se claramente com os estudantes e esteja disponível para sanar suas dúvidas e responder aos questionamentos.
- O ECA é amplo. Desta maneira, o exercício da leitura e a realização de apontamentos são necessários.
- As atividades serão realizadas de forma mais coletiva ou desenvolvidas por meio da “tutoria por pares”, sob a forma de aprendizagem cooperativa ou colaborativa.
- Se o estudante argumentar algo que não tenha certeza, pense em conjunto e, se mesmo assim a dúvida permanecer, fica suspensa a discussão. Consulte alguém que tenha maior domínio para continuar a abordagem corretamente.
- Ao fazer as abordagens, mantenha os momentos de ensino leves e divertidos, deixe o estudante tomar a liderança e se tornar protagonista da ação.
- Ajude os envolvidos na interpretação dos artigos mais complexos.
- Faça questionamentos e certifique-se de que o estudante esteja seguro e que tenha se apropriado do conteúdo.
- Lembrem-se de que a educação inclusiva é um direito fundamental de todos os estudantes.
- O Caderno de Atividades é uma ferramenta para promover a educação como um todo.
- A sua atuação como professor (a) é fundamental para criar um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor.
- Favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes, tanto no âmbito acadêmico quanto no exercício consciente da cidadania.